

Presença e atuação indígena na cidade do Rio de Janeiro colonial:

das origens ao século XIX¹

Indigenous presence and agency in
the colonial city of Rio de Janeiro:
from origins to the 19th century

**MARIA REGINA CELESTINO
DE ALMEIDA**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
mreginacelestino@gmail.com

RESUMO: Diferentes povos indígenas participaram intensamente das guerras de conquista da Guanabara que levaram à criação da cidade do Rio de Janeiro e da capitania do mesmo nome. Vencida a guerra, Mem de Sá pediu a Araribóia (líder de seus aliados nativos, então chamados Temiminó) que ali ficasse com seus índios para garantir a defesa da cidade. Foi criada a aldeia de Martinho que, alguns anos depois, seria transferida para o outro lado da baía, nas terras que haviam sido doadas em sesmaria a Araribóia. Ali foi fundada a aldeia de São Lourenço, que se tornou importante baluarte de defesa da cidade. Seus habitantes indígenas, somados aos de outras aldeias criadas posteriormente na capitania, seguiriam, até o século XIX, prestando importantes serviços à cidade. Em abordagem histórico-antropológica, o artigo enfoca os povos indígenas em suas complexas e fluidas relações entre si e com os europeus, procurando identificar seus próprios interesses nas situações de contato e analisar suas reelaborações identitárias e culturais, evidenciando sua significativa presença e atuação na cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Guerras indígenas. Rio de Janeiro. Trabalho indígena.

ABSTRACT: Different indigenous peoples participated intensely in the wars of the conquest of Guanabara which led to the foundation of the city of Rio de Janeiro and the captaincy of the same name. After the war, Mem de Sá asked Araribóia (leader of portuguese native allies, the so called Temiminó) to stay there with his Indians to guarantee the defense of the city. The Indian village (aldeia) called Martinho was created but, a few years later, it was transferred to the other side of the bay, to the lands that had been donated to Araribóia. There was founded the Indian village of São Lourenço, which became an important bastion of defense of the city. Its indigenous inhabitants, added to those of other Indian villages created later in the captaincy, would keep on doing important services to the city, until the 19th Century. Based on a historical-anthropological approach, the article focuses on indigenous peoples and their complex and fluid relations with each other and with Europeans. It seeks to identify their own interests in contact situations and to analyze their identity and cultural re-elaborations, putting evidence on their significant presence and agency in the city of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Indigenous wars. Rio de Janeiro. Indigenous Labor.

Diferentes povos indígenas desempenharam papéis cruciais na construção e desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Suas atuações marcantes nas guerras de conquista da Guanabara foram sempre registradas em nossa história; porém, grosso modo, a partir dos interesses dos colonizadores. Os Temiminó e os Tamoio, que se destacaram nas guerras, apresentavam-se como blocos monolíticos, antagônicos e cristalizados, respectivamente nos papéis de aliados e inimigos dos portugueses. Terminada a guerra, praticamente desapareciam da história: na condição de aliados/convertidos ou vencidos/escravizados eram vistos como vítimas de processos de domínio e aculturação, através dos quais perdiam culturas, identidades e quaisquer possibilidades de atuar como indígenas, em busca de seus próprios interesses. Diluídos nas categorias de escravos ou despossuídos da colônia, deixavam de ser considerados índios e saíam de nossa história, embora continuassem muito presentes e atuantes nas aldeias, sertões, vilas e cidades, como evidencia a documentação.

Em abordagem histórico-antropológica, este artigo enfoca os povos indígenas em suas complexas e fluidas relações entre si e com os europeus, das guerras de conquista ao século XIX, procurando identificar seus próprios interesses nas situações de contato e analisar suas reelaborações identitárias e culturais, evidenciando sua significativa presença e atuação na cidade do Rio de Janeiro.

Guerras Indígenas e guerras coloniais

Para além dos Tamoio e dos Temiminó, vários outros povos participaram das guerras que levaram à conquista da Guanabara. Longe de terem se congelado nos papéis de aliados ou de inimigos entre si e entre os europeus em conflito, suas relações eram fluidas e inconstantes, variando conforme a dinâmica de suas interações e interesses continuamente modificados nas experiências do contato. É o que se observa quando a pesquisa enfoca diretamente os diferentes grupos que participaram das guerras, problematizando as formas de identificação étnica que aparecem nos documentos, em perspectiva interdisciplinar².

A categoria “índio”, convém lembrar, foi criada pelos europeus num contexto histórico específico de conquista e colonização para designar uma imensa variedade de grupos etno-linguísticos que habitavam as diversas regiões da América. Além disso, os vários povos nativos eram classificados a

partir dos interesses e das compreensões equivocadas dos portugueses sobre suas línguas e características socioculturais, o que levou à criação de inúmeras novas etnias (MONTEIRO, 2001). Acredito ter sido este o caso dos Temiminó, como se verá mais adiante.

As divisões étnicas estabelecidas pelos cronistas já eram questionadas por Varnhagem ([1854], s.d., p. 16-24) que, ao estudar as denominações usadas pelos povos Tupi para designarem a si próprios e aos demais grupos com os quais interagiam, percebeu que muitas nações passaram a ser denominadas pelos portugueses a partir de alcunhas referentes às relações vivenciadas entre eles, que podiam, portanto, variar e até designar povos do mesmo grupo. Além disso, as primeiras descrições de cronistas e jesuítas sobre os povos indígenas do século XVI e suas relações entre si datam de meados do século, quando intensas mudanças causadas pelos contatos iniciais com os europeus já vinham ocorrendo, há pelos menos cinquenta anos. Assim, suas interações e guerras intertribais, quando descritas, já eram influenciadas pelos estrangeiros que, através delas, obtinham escravos e as incentivavam. Assim, quando os cronistas diziam que tais índios eram amigos desses e inimigos daqueles, talvez não percebessem sua própria influência sobre essas relações e, com certeza, se equivocavam quando as utilizavam como elementos definidores de características dos grupos que procuravam identificar.

Contudo, apesar das limitações, os autores quinhentistas informaram o suficiente para que estudos posteriores desvendassem, ainda que com distorções, o panorama etnolinguístico da América portuguesa e a lógica e o funcionamento da organização social Tupi, povo predominante na Guanabara no século XVI. Os Tamoio, os Temiminó e, ainda, os Tupiniquim vindos de São Vicente e do Espírito Santo, todos do tronco Tupi, subgrupo Tupinambá, foram, de acordo com as fontes, os principais personagens na guerra de conquista do Rio de Janeiro³.

As interações entre eles e com os europeus ganham novos significados quando atentamos para algumas características de suas sociedades, para a flexibilidade de suas relações e para as amplas possibilidades de mudanças culturais e identitárias que a situação de contato comportava. Característica marcante para compreender suas relações era a extrema abertura ao *outro* que dava sentido às suas sociedades e se fazia, basicamente, através de trocas, casamentos e, principalmente, de guerras envolvendo grupos rivais e aliados (FERNANDES, [1949]1989; VIVEIROS DE CASTRO, 1992; FAUSTO, 2000). Fundamentais para essas análises são os trabalhos etnográficos de

Florestan Fernandes ([1949]1989) e, posteriormente, de Viveiros de Castro (1992) que apontam para a centralidade da guerra entre os Tupinambá, revelando o papel da vingança como elemento chave para a motivação dos conflitos entre os grupos. Da preparação ao desfecho final, com o sacrifício do prisioneiro, a guerra dava coesão social aos grupos, pois envolvia todos os membros da aldeia e os aliados circunvizinhos, convidados para a grande festa que culminava no ritual antropofágico (FERNANDES, [1949]1989).

Os estrangeiros foram inseridos nessas relações. Daí terem sido tão bem recebidos pelos nativos que lhes concederam presentes, mulheres e os integraram em suas guerras, como aliados ou inimigos. Guerras indígenas e guerras coloniais entrelaçaram-se, pois, através de alianças que se mostraram indispensáveis para todos os grupos envolvidos. Povos indígenas de diferentes etnias uniam-se e dividiam-se entre si e entre os europeus, enfrentando-se ou apoiando-se motivados, no entanto, por interesses diversos relacionados à dinâmica de suas respectivas organizações sociais (MONTEIRO, 1994). De acordo com os cronistas, no momento da chegada dos europeus, dois grupos Tupi se enfrentavam na Guanabara: os Tamoio, também chamados Tupinambá e os Maracajaguacu ou Temiminó, aos quais se somavam também os Tupiniquim das regiões próximas. Os europeus inseriram-se nesse contexto como aliados ou inimigos, porém sua presença nos conflitos instigava ódios, intensificava guerras e provavelmente acentuava a inconstância e flexibilidade das relações entre os índios. Se os povos nativos da América eram majoritariamente guerreiros, o contato com os europeus com tantas novas ameaças (guerras, escravidão, epidemias) e atrações (instrumentos de ferro, armas de fogo, aliados poderosos) teve, com certeza, impacto decisivo sobre suas guerras intertribais, sobre suas relações interétnicas e até sobre suas identidades (FERGUSON, 1990, p. 241; WHITEHEAD, 1993, p. 297).

Embora, nas três primeiras décadas do século XVI, as relações de escambo com os europeus, então predominantes, fossem menos traumáticas para os índios, seus efeitos já eram desastrosos e a população nativa reduzia-se consideravelmente por efeito dos contatos (MARCHANT, 1980, p. 27). O interesse pelas ferramentas e armas europeias aumentava a competitividade entre os grupos que ampliavam suas guerras para satisfazer os interesses dos europeus por escravos, obtendo em troca deles as cobiçadas mercadorias (FERGUSON, 1990). Cientes das rivalidades entre os europeus, os povos indígenas posicionavam-se em relação a elas, buscando alianças, conforme seus interesses. No Rio de Janeiro quinhentista, os Tamoio, os Tu-

piniquim e os Temiminó enfrentavam-se, aliavam-se e dividiam-se em torno das rivalidades entre franceses e portugueses. Iam e vinham de um lado para o outro, enquanto os poderes coloniais polarizavam suas hostilidades, institucionalizando-as em militarismos (HILL, 1992, p. 2; WHITEHEAD; FERGUSON, 1992).

Os Tupinambá da Guanabara (Tamoio) nem sempre foram inimigos dos portugueses, que foram bem acolhidos por eles quando a expedição de Martim Afonso de Souza ali permaneceu por três meses (SERRÃO, 1965, v. 1, p. 40-41). De acordo com Anchieta, as relações entre eles se deterioraram por agravos e injustiças cometidos pelos portugueses. (ANCHIETA [1584] 1988, p. 318). O estabelecimento desses últimos em São Vicente e sua amizade com os Tupiniquim contrários aos Tamoio devem ter acentuado as hostilidades entre esses grupos rivais. Some-se a isso, o contato cada vez mais estreito dos Tamoio com os franceses, cuja presença na Guanabara já era intensa em meados do século. Isso, com certeza, incentivava os Tamoio a incrementarem ataques contra os Tupiniquim e os colonos em São Vicente e no Espírito Santo. Estes últimos, por sua vez, também instigavam seus aliados contra os primeiros.

Em 1555, os franceses já estavam estabelecidos na ilha que passou a se chamar Villegaignon com a intenção de fundar ali a França Antártica. A baía de Guanabara tornara-se reduto anti-lusitano e a guerra para os portugueses impunha-se como conquista territorial e religiosa, pois o combate se daria também contra os hereges protestantes (MENDONÇA, 1991). Desde 1557, Nóbrega propunha a fundação de uma cidade no Rio de Janeiro, como única forma de defender a região e impedir os franceses de amotinar os índios. Um ano depois, Mem de Sá referia-se à gravidade da situação no Rio de Janeiro e propunha fortificar o Espírito Santo. Nessa capitania contava com o auxílio dos índios do Gato que passariam à história como os Temiminó de Araribóia, fiéis aliados dos portugueses.

De acordo com o jesuíta Simão de Vasconcelos ([1663]1977), a guerra pela conquista do Rio de Janeiro foi, para os Temiminó, a oportunidade de exercerem a mais cruel vingança contra seus inimigos e antigos vencedores. Segundo ele, os Tamoio e os Temiminó andavam em guerras cruéis, quando estes últimos, em 1555, sentindo-se seriamente ameaçados solicitaram e obtiveram o apoio dos portugueses para se estabelecerem na capitania do Espírito Santo. Ali formaram uma populosa aldeia sob a administração dos jesuítas. Anos mais tarde, grande parte daqueles índios, então liderados por Araribóia, não negariam auxílio aos portugueses para voltar às terras de ori-

gem e combater Tamoio e franceses. Essa aliança expressa a mútua dependência entre os grupos envolvidos e os diferentes interesses que os motivaram ao acordo. Se os portugueses viam a conquista da Guanabara como possibilidade de estender a administração lusa nas terras da América, para os índios chamados Temiminó ela devia significar a grande oportunidade de regressar às suas terras e combater inimigos.

As alianças e os conflitos nessa guerra apontam para a flexibilidade das relações dos grupos indígenas não só com os europeus, mas também entre si. As informações esparsas e imprecisas sobre os Temiminó indicam, me parece, a construção de uma etnia em contexto de guerra colonial. De início, eles aparecem nos documentos apenas como os índios do Gato ou Maracajá que, liderados por Maracajaguaçu ou o Grande Gato, haviam se aldeado no Espírito Santo para fugir dos ataques dos Tamoio. Ao tratar das auto-denominações dos índios dessa região, Varnhagen ([1854] s.d.) referiu-se aos que por não quererem “(...) esquecer sua procedência dos Tamoios (avós), chamavam-se Temiminós (netos) (...)”. Essa afirmação, somada às lacunas e contradições das fontes sobre os índios do Gato, permitem supor que eles poderiam ser um subgrupo Tupinambá, no sentido mais restrito do termo, isto é, um grupo Tamoio que, no momento do encontro com os portugueses, vivia uma situação de conflito com seus vizinhos. Apesar das imprecisões, as fontes, a meu ver, dão indícios suficientes para identificar, no processo desse conflito, uma identidade étnica reconstruída a partir das relações e dos interesses, tanto dos índios quanto dos estrangeiros. Afinal, para os índios do Gato, a aliança com os portugueses e a nova condição de aldeados significou a garantia de segurança, que já não podiam encontrar nos sertões da Guanabara. Assim, fossem eles quem fossem antes das relações estreitas com os portugueses, tornaram-se, depois delas, os Temiminó de Arariboia. Eram os grandes inimigos dos Tamoio e, principalmente, os fiéis aliados dos portugueses, característica básica do grupo que, se foi proposta ou inventada pelos portugueses, parece ter sido amplamente assumida por eles que a mantiveram ao longo do período colonial. Foi essa identidade que lhes deu ganhos ou amenizou suas perdas na violenta situação de guerra da costa brasileira. Seu apoio foi fundamental para a vitória dos portugueses e, até o século XIX, iriam se valer disso para obter da Coroa alguns direitos que a condição posterior de aldeados iria lhes propiciar⁴.

De volta à guerra, em 1560, os portugueses e seus aliados indígenas destruíram o forte de Coligny que havia sido fundado por Villegaignon, porém não ocuparam a região. Franceses e Tamoio ali permaneceram, man-

tendo ataques contra as capitanias vizinhas. Para garantir a soberania portuguesa e a paz nas proximidades era necessário fundar a cidade do Rio de Janeiro, como aconselhava Nóbrega, pois com ela “(...) ficaria tudo guardado, assim a capitania de São Vicente como a do Espírito Santo que agora estão bem fracas e os franceses lançados de todo fora e os índios melhor sujeitar”⁵. Os índios aliados e os jesuítas participaram intensamente desse projeto. Nóbrega e Anchieta selaram aliança com um grupo de índios Tamoio em Iperoig, com muito esforço e concessões que incluíram vista grossa sobre suas práticas guerreiras e antropofágicas, conforme narrativa do próprio Anchieta (1988 p. 210 e 227) que deixa claro o interesse dos índios em aliar-se a eles para combater os Tupiniquim. Outros Tamoio, no entanto, permaneceram hostis e mantiveram seus ataques. Em 1564, Estácio de Sá, já acompanhado por Araribóia e seus Temiminó, tentou fundar uma povoação no Rio de Janeiro. Sem sucesso, foi para São Vicente angariar reforços, retornando ao Rio no ano seguinte, com uma grande frota na qual iam jesuítas, portugueses, mestiços e índios Temininó, Tupiniquim (do Espírito Santo e provavelmente também de São Vicente e Piratininga) e alguns Tupinambá (da Bahia e do Rio de Janeiro), Goitacá do Espírito Santo e, provavelmente, muitos outros não citados nas fontes. Em 1565, ao pé do morro depois chamado Pão de Açúcar, Estácio de Sá construiu o seu arraial, núcleo da cidade do Rio de Janeiro, que cercado pelos Tamoio e franceses dos arredores, foi defendido pelos Temiminó e outros aliados dos portugueses até a chegada do reforço de Mem de Sá e Cristóvão de Barros. Em 1567, conquistaram o forte de Uruçumirim, assegurando a vitória dos portugueses (SERRÃO, 1965).

FIGURA 1: Mapa do Luiz Teixeira, de 1586.



Fonte: ArtCult. Disponível em: <http://artecult.com/sao-sebastiao-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 08 jul. 2019.

Vencida a guerra e criada a capitania do Rio de Janeiro que passou a pertencer à Coroa, outros desafios se colocavam: era preciso recompensar ou castigar seus protagonistas e ao mesmo tempo garantir a soberania portuguesa na região. Os Tamoio e os franceses retiraram-se para Cabo Frio, de onde só seriam expulsos em 1615. Araribóia queria regressar a sua aldeia, mas Mem de Sá lhe pediu que ficasse na terra com seus índios para “(...)

ajudar a povoá-la por ser do rei, (...) e que pedisse para si e para os seus as terras que necessitasse e onde as houvesse devolutas” (SILVA, 1854, p. 164). Inicialmente, foi criada a aldeia de Martinho que, por razões de defesa, localizou-se, na recém-criada cidade, em terras dos jesuítas. Em 1573, deslocou-se para o outro lado da baía, estabelecendo-se nas terras doadas em sesmaria a Araribóia. Ali foi fundada a aldeia de São Lourenço, que se tornou importante baluarte de defesa da cidade. Seus habitantes indígenas somados aos de outras aldeias criadas posteriormente na capitania seguiriam, até o século XIX, prestando importantes serviços à cidade. O castigo dado aos inimigos contribuiria também à ordem colonial: os Tamoio prisioneiros foram oferecidos como escravos legítimos aos combatentes da guerra pelos serviços prestados à Coroa (ALMEIDA, 2013).

Trabalho Indígena na Cidade do Rio de Janeiro

O protagonismo indígena na história do Rio de Janeiro foi muito além das guerras de conquista. Criada por razões estratégicas, em meio a guerras intensas, a cidade iria manter funções militares e defensivas ao longo de todo o período colonial e os índios eram a principal força de combate. Deduz-se daí a importância das aldeias coloniais estabelecidas na capitania. Verdadeiras instituições de fronteira, nas palavras de Boxer (1981), que cumpriam o papel de expandir, ocupar e garantir os territórios que se incorporavam à administração portuguesa. Ao se aldearem, os índios aliados tornavam-se súditos cristãos do Rei e, além de obrigados a prestar serviços para as autoridades, missionários e colonos, constituíam a principal força militar para ocupar e defender os territórios da Coroa. O estabelecimento das aldeias fixas em substituição à prática inicial da catequese itinerante nas aldeias dos sertões respondeu aos desafios locais, diante do incremento das guerras e dos riscos aos missionários (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006). A política de aldeamentos caminhava junto com as guerras coloniais, as guerras justas e as expedições de apresamento de índios que diminuía suas possibilidades de sobrevivência nos sertões e os levava a acordos com os portugueses e ao ingresso nas aldeias.

Na colônia, os sertões eram os espaços não ocupados pela administração portuguesa, onde habitavam os chamados “índios bravos” (MÄDER, 1995); espaços, portanto, móveis e continuamente reduzidos pelo avanço da colonização. Do século XVI ao XIX, os sertões da capitania do Rio de Janeiro

encolhiam na medida em que as aldeias indígenas se estabeleciam para cumprir duas funções essenciais: garantir a defesa da terra e a mão de obra necessária às atividades produtivas da região. São Lourenço foi, como visto, a primeira delas e estabeleceu-se para garantir a defesa da recém criada cidade. Logo depois, foi criada a aldeia de São Barnabé e, no início do século XVII, São Pedro e São Francisco Xavier de Itaguaí. Essas quatro primeiras aldeias da capitania estavam sob a administração dos jesuítas e atravessaram praticamente todo o período colonial (ALMEIDA, 2013). Foram criadas, segundo Serafim Leite (1938-1950, p. 95), para atender à segurança militar “(...) à roda do incomparável centro geográfico fluminense, que é Guanabara uma de cada lado da baía, e outra no fundo dela, formando o triângulo defensivo da cidade”. No decorrer dos séculos seguintes, outras aldeias se estabeleceram, com funções semelhantes.

Sem discorrer sobre elas, vale ressaltar que eram o espaço privilegiado para a inserção dos índios na colônia, pois desde o regimento de Tomé de Souza, a política indigenista da Coroa dividira os índios em dois grandes grupos conforme suas relações com os portugueses: os aliados e os inimigos. Os primeiros reuniam-se nas aldeias coloniais e, como súditos cristãos do Rei, tinham, além das obrigações, alguns direitos; enquanto os últimos deviam ser vencidos em guerras justas que legitimavam sua escravização (PERRONE-MOISÉS, 1992). Uns e outros prestaram relevantes serviços na cidade do Rio de Janeiro até o século XIX.

Para uma economia que visava à acumulação com um mínimo de investimentos de capitais, o trabalho indígena era a alternativa mais racional (FRAGOSO, 1995). A guerra, principalmente contra o gentio, era um mecanismo chave na montagem da economia colonial, pois os inimigos vencidos eram dados em recompensa aos guerreiros do Rei, como escravos legítimos. Ao analisar as formas de acumulação da elite no Rio de Janeiro do século XVII, Fragoso (1995) demonstrou como, para além de compras, seu patrimônio agrário escravista constituiu-se e reproduziu-se também pela doação de sesmarias, índios cativos e crédito, obtidos por estreitas relações com o poder. Apesar da escassez de fontes para se identificar os escravos índios, dadas as restrições legislativas, há claros indícios de sua ampla presença na capitania até, pelo menos, a segunda metade do século XVII. É possível afirmar que, tal como ocorreu na Bahia (SCHWARTZ, 1988) e em São Paulo (MONTEIRO, 1994), o trabalho dos escravos africanos aumentava, no Rio de Janeiro, na medida em que diminuíam as possibilidades de uso da mão de obra indígena (ALMEIDA, 2013).

Além dos escravos, os índios aliados também constituíram importante força de trabalho na capitania e na cidade. Aldeavam-se para cumprir inúmeras funções dentre as quais a de servir ao Rei, aos moradores e aos missionários sob a imposição do trabalho compulsório, regulado por várias leis que variavam ao longo do tempo e de acordo com a pressão dos interessados. Desempenhavam as mais diversas atividades, porém deviam prioritariamente atender aos serviços do Rei, sobretudo de defesa. Na cidade do Rio de Janeiro empregaram-se nas obras públicas, principalmente na construção e manutenção das fortalezas. Segundo o padre Plácido Nunes “(...) todas as Fortalezas, que se acham no Rio de Janeiro (...) foram feitas pelos Índios de Cabo Frio e S. Barnabé e outras Aldeias (...)” (LEITE, 1938-1950, p. 129). A aldeia de São Francisco Xavier de Itinga, dois anos depois de estabelecida, já “(...) podia dar 43 carijós (...) para as obras da defesa do Rio.” (LEITE, 1938-1950, p. 115). Em 1646, o governador Duarte Correa Vasqueanes, referindo-se ao péssimo estado das fortificações, ressaltava a necessidade de “(...) trazer nelas todos os oficiais e índios que são necessários”⁶. Os aldeados eram também importante força militar na cidade, como demonstram vários documentos, principalmente dos jesuítas, frequentemente chamados para, com “seus índios”, acudir à defesa da cidade (LEITE, 1938-1950, p. 103-104).

Além das fortalezas, outras obras públicas ocupavam os índios: construíram o aqueduto da Carioca, abriram o Caminho Grande do Rio de Janeiro para Minas até o Rio Paraibuna, foram carregadores, extraíram pedras, cortaram madeiras, tanto para o serviço público como particular, foram remeiros, guias, flecheiros e caçadores de expedições dos sertões. Também perseguiram escravos negros fugitivos e atacaram quilombos, dentre muitas outras atividades. Para o serviço dos moradores, deviam ser recrutados, principalmente, para as lavouras, pastagens e expedições ao sertão, mas também cortavam madeiras, eram carregadores e faziam serviços domésticos (ALMEIDA, 2013). Trabalharam também para as ordens religiosas, servindo em fazendas e residências, principalmente de beneditinos e jesuítas. Os índios da aldeia de São Pedro serviram aos jesuítas, também, como brigada particular, pois em um litígio de terras entre eles e os padres de São Bento, em Cabo Frio, atacaram e destruíram fazendas e currais dos beneditinos. Estes últimos tinham índios administrados e escravos a seu serviço, como informam documentos de sua própria ordem.⁷

A repartição dos aldeados para o trabalho compulsório era obrigatória e gerava muitas disputas, pois tinha limites dados pela lei e pela resistência dos índios com forte apoio dos jesuítas até sua expulsão. Autoridades

e padres procuravam manter um número mínimo de índios nas aldeias para assegurar sua manutenção e o atendimento aos serviços do Rei. Para isso, as leis previam sistema de rodízio dos aldeados, limitando seu tempo máximo de trabalho fora das aldeias (PERRONE-MOISÉS, 1992). Porém, as leis faziam-se e cumpriam-se, na colônia, conforme a pressão dos interessados e as conjunturas político-econômicas que levavam a Coroa a favorecer ou dificultar o acesso dos colonos aos trabalhadores indígenas. Enquanto os padres denunciavam colonos e autoridades por desprezarem o sistema de rodízio e o tempo máximo de ausência dos índios das aldeias; eram por eles acusados de não distribuírem adequadamente os índios para o trabalho com o intuito de mantê-los para seu uso exclusivo. Em 1645, o governador Francisco Soutomaior queixava-se dos jesuítas retirarem os índios dos serviços públicos da cidade⁸.

Os inacianos defendiam-se, alegando os limites de seu controle sobre os aldeados. Afirmavam que estes últimos recusavam trabalhos, por sua própria vontade, pois a repartição para os serviços ficava a cargo de seus líderes que, como capitães mores das aldeias, eram encarregados de intermediá-la, junto com o padre superior. O Padre Francisco Morais, queixava-se sobre “(...) notável desaforo em que estão com não quererem ir servir senão os que eles querem e pelo preço que eles querem, e se os obrigamos, ausentam-se da Aldeia (...)” (LEITE, 1938-1950, p. 98).

Sobre isso, vale destacar uma instigante contenda no século XVII que, além de evidenciar o protagonismo indígena nas decisões sobre seu próprio trabalho, demonstra como os aldeados da capitania deslocavam-se para servir aos moradores da cidade do Rio de Janeiro. A disputa envolveu os moradores de Cabo Frio, os jesuítas e os aldeados de São Pedro que, contrariando a determinação da lei, segundo a qual deviam servir aos moradores da região, iam trabalhar no Rio de Janeiro, onde recebiam melhores salários. O embate foi longo e gerou instigante documentação que revela a complexidade do jogo político entre os atores, incluindo os índios⁹. A Câmara de Cabo Frio e os moradores acusavam os jesuítas de enviar os índios para servirem a seus amigos no Rio de Janeiro, deixando os pobres moradores locais desprovidos de trabalhadores. A ordem do Rei foi favorável aos primeiros, porém não foi cumprida e os padres alegaram nada poder fazer contra a vontade daqueles índios que eram muitos e fortemente unidos entre si. Segundo eles, os índios afirmavam seu interesse em trabalhar no Rio porque lá recebiam mais e em dinheiro, enquanto, em Cabo Frio, eram pagos com panos de algodão. Em 1683, o padre superior da aldeia de São Pedro ainda se justificava, insis-

tindo que não podia obrigá-los “(...) e que Vossa Majestade se cansará de lhe pedir rapazes e índios quando isso pertence ao Capitão dessa Aldeia para os nomear e irem então ao meu beneplácito”¹⁰.

O pagamento dos serviços dos aldeados fora das aldeias era variado podendo ser em espécie, principalmente rolos de algodão, ou em dinheiro, o que gerava embates, envolvendo os próprios índios. Outro exemplo significativo a respeito disso é a reivindicação de Miguel Duarte, índio do Cabelo Corredio, que se apresentava, em 1741, como “procurador de todos os mais índios aldeados no distrito da Capitania do Rio de Janeiro e das mais capitânias anexas aquele Governo (...)”. Solicitava aumento de soldo, argumentando que “(...) como leais vassalos de V.M. estão sempre prontos para o seu real serviço, tanto nas obras que se fazem na cidade, como pelas mais capitânias (...)”¹¹. Referia-se aos exaustivos serviços prestados com prejuízo de suas mulheres e filhos que ficavam na aldeia sem ter quem os sustentassem. O parecer do Conselho Ultramarino lhe foi favorável¹².

Este requerimento é particularmente instigante por revelar uma identificação dos aldeados num âmbito que vai além das aldeias. Apresenta uma ação coletiva encaminhada por um índio que se assumia como representante de índios de diferentes aldeias identificados entre si por serem aldeados do Rio de Janeiro, trabalharem para os serviços do Rei e serem mal pagos. Evidencia, tal como o caso anterior, que as disputas em torno da repartição do trabalho dos aldeados não se davam simplesmente entre colonos e jesuítas.

As fontes sobre os conflitos nas aldeias apontam para um complexo jogo de forças entre os chefes indígenas, os índios comuns, os padres superiores, os moradores e as autoridades locais. Apesar da condição subalterna e dos incalculáveis prejuízos, abusos e explorações que lhes eram impostos, os índios participaram dos embates sobre seu trabalho. A aldeia era um forte referencial de identificação, pois era a partir dela que, grosso modo, os índios se apresentavam. Encaminhavam suas petições ao Rei valorizando o passado de lutas em defesa do império português, enfatizando, muitas vezes, o papel das próprias aldeias. Afinal, o caráter defensivo marcou o estabelecimento da maioria delas e iria ser sempre lembrado nas reivindicações apresentadas pelos índios. Os líderes de São Lourenço traçavam sua origem a partir da fundação da aldeia, remontando sua história à conquista do Rio de Janeiro e enaltecendo os feitos de seus antepassados (ALMEIDA, 2013). Esta ação política e coletiva unificava-os em torno de um objetivo comum, contribuindo para desenvolver neles o

sentimento de identificação de grupo (WEBER, 1994) e de pertencimento a uma aldeia e ao próprio Império Português.

As aldeias indígenas do Rio de Janeiro acabariam extintas no decorrer do século XIX, como resultado de um processo longo e gradual que se iniciou com as reformas pombalinas e se estendeu à segunda metade do XIX. Com avanços e recuos, esse processo retardou-se, a meu ver, principalmente pela ação dos aldeados. Misturados, poucos e vivendo em aldeias pobres e decadentes, conforme diziam os discursos, eles continuavam esforçando-se por manter suas terras e vidas comunitárias. Retardaram o processo, porém acabariam declarados extintos junto com suas aldeias (ALMEIDA, 2007). Deixaram de ser classificados como índios, porém não desapareceram. Muitos, com certeza, migraram para a cidade onde, ao lado de outros índios aldeados, urbanizados, escravizados ou sentenciados pela justiça seguiriam trabalhando em variados serviços nos setores públicos e privados ao longo do século XIX.

Há inúmeros registros sobre trabalho dos índios na cidade do Rio de Janeiro no decorrer dos oitocentos. Trabalhavam, principalmente, no Arsenal da Marinha, nos serviços domésticos, na construção civil e nas obras públicas. Os aldeados de São Lourenço atravessavam a baía para vender artesanato e cerâmica na cidade, conforme o relato de Spix e Martius (apud FREIRE; MALHEIROS, 1997, p. 69). Alguns índios viviam em cortiços, como informam os registros policiais sobre suas prisões motivadas por razões diversas que incluíam furtos, desordens, vadiagem, embriaguez e atitudes suspeitas (FREIRE; MALHEIROS, 1997, p. 69). De acordo com Freire e Malheiros (1997, p. 70), a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro requisitava índios das prisões para o serviço público, como foi o caso da “(...) reforma do Passeio Público, em 1831, que contou com o trabalho de índios remetidos inclusive de outras províncias do Brasil”.

Com a presença da corte portuguesa na cidade, desde 1808, tornou-se frequente a presença de índios de diferentes regiões do Brasil na nova sede do reino. Dirigiam-se à Corte para reivindicar direitos e possíveis ganhos diretamente ao Príncipe Regente. Essa prática iria se estender até avançado os oitocentos, com delegações indígenas de várias regiões do país encaminhando-se à cidade.

Considerações finais:

Do século XVI ao XIX, enfrentando situações de extrema violência e desigualdade, os povos indígenas estiveram presentes e atuantes na cidade do Rio de Janeiro. Apesar das imensas dificuldades, conseguiam reivindicar e, por vezes, obter o mínimo de direitos que a legislação lhes garantia, seguindo os códigos políticos da colônia e, posteriormente, do império brasileiro. Da violência das guerras de conquista (com altíssimas mortalidades e escravizações em massa), vários povos passaram às negociações em busca de sobrevivência nas aldeias coloniais e muitos chegaram ao século XIX, ainda afirmando suas identidades indígenas para fazer frente à falácia dos discursos de mistura e civilização que, no decorrer do XIX, acabaria por declará-los extintos, junto com suas antigas aldeias. Durante todo o período colonial, portanto, ao contrário do que costumava ser sugerido pela historiografia, os povos nativos do Rio de Janeiro não deixaram de ser índios, nem de atuar como sujeitos históricos.

Notas

- 1 Este artigo inclui questões discutidas e analisadas mais detalhadamente em Almeida, 2013.
- 2 Sobre identidade e cultura em perspectiva histórico-antropológica, ver Barth (2000); Weber (1994); Monteiro (2001); Boccara (2005) e Mintz (2010).
- 3 Os Tamoio eram também chamados Tupinambá, termo que comporta um duplo sentido, pois é utilizado tanto para designar os vários grupos Tupi que habitavam o litoral até Cananéia e distinguiam-se dos Guarani (o outro grande subgrupo Tupi que de Cananéia para o sul dominava o litoral estendendo-se pela bacia Paraná Paraguai), como para referir-se especificamente a alguns desses subgrupos, como é o caso dos Tamoio do Rio de Janeiro e dos Tupinambá da Bahia e do Maranhão. Sobre isso, ver Fausto (1992, p.383). Outros grupos não Tupi, genericamente chamados Tapuia, tiveram participação secundária nessa guerra e não serão tratados neste artigo.
- 4 Sobre isso, ver Almeida (2013, p. 68-75).
- 5 Carta do Padre Manuel da Nóbrega ao cardeal-infante D. Henrique citado em Leite (1955, p. 369).
- 6 Ms. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio de Janeiro, documentos catalogados por Castro e Almeida (RJCA), doc. 438-439.
- 7 Ms. Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, Estados do Mosteiro: Rio de Janeiro, v. I e II: 1623-1793.
- 8 Ms. AHU, Rio de Janeiro, documentos avulsos (RJA), cx. 2, doc. 57.
- 9 "1679, fevereiro, 3, Cabo Frio, Carta do capitão Domingos da Silva ao príncipe regente [D. Pedro] sobre a queixa dos moradores de Cabo Frio contra os padres jesuítas, superiores da aldeia de São Pedro (...)", AHU-Rio de Janeiro, cx. 4, doc. 111; AHU_ACL_CU_017, Cx. 4, D. 431.
- 10 Ms. AHU RJA, cx. 5, doc. 45.
- 11 Ms AHU RJCA, cx. 48, doc. 11346, Manuscrito (Ms), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Documentos do Rio de Janeiro, Catalogados por Castro e Almeida (RJCA), Caixa (cx) 48, documento (doc) 11346.
- 12 1741, novembro, 21, Lisboa, Consulta do Conselho Ultramarino, favorável

ao requerimento dos Índios do Cabelo Corredio, aldeados na Capitania do Rio de Janeiro em que pediam aumento de soldada, AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 48, D. 11346.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**. Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- _____. Política Indigenista e Etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro, Século XIX. **Anuario del IEHS**. Suplemento 1, p. 219-233, 2007.
- ANCHIETA, José de. **Informações, Fragmentos Históricos e Sermões**. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1988.
- BOCCARA, Guillaume. **Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificacóny Mestizaje en Tiempos de Globalización. Mundo Nuevo, Nuevos Mundos**. 2005. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>. Acesso em: 17/09/2012
- BOXER, Charles R. **A Igreja e a Expansão Ibérica** (1440-1470). Tradução: Maria de Lucena Barros e Sá Contreras. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CASTELNEAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de um vinha estéril**. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil — 1580-1620. Tradução: Ilka Stern Cohen. Bauru-SP: Edusc, 2006.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos da História e Cultura Tupinambá: da etnologia como conhecimento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 381-396.
- FERGUSON, R. Brian. Blood of Leviathan: Western contact and warfare in Amazonia. **American Ethnologist**, v. 17, n. 2, p. 237-257, 1990.
- FERGUSON, R. Brian; WHITEHEAD, Neil L.(Eds.). **War in the Tribal Zone**. Expanding States and Indigenous Warfare. Santa Fe-New Mexico: School of American Reseach, 1992.
- FERNANDES, Florestan. **A Organização**

- Social dos Tupinambá.** São Paulo: HUCITEC, 1989.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *À Espera das Frutas: Hierarquia Social e Formas de Acumulação no Rio de Janeiro, Século XVII.* **Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social**, 1995.
- FREIRE, J. R. Bessa; MALHEIROS, Márcia F. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- HILL, Jonathan (Org.). **Rethinking Hystory and Myth.** Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- HILL, Jonathan. *Contested Pasts and the Practice of Anthropology: Overview.* **American Anthropologist**, v. 94, n. 4, p. 809-815, 1992.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal/Civilização Brasileira, 1938-1950, 10 v.
- MÄDER, M. Elisa Noronha de Sá. **O Vazio, o Sertão no Imaginário da Colônia nos Séculos XVI e XVII.** 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- MARCHANT, Alexander. **Do Escambo a Escravidão.** Tradução: Carlos Lacerda. 2ª ed. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1980.
- MENDONÇA, Paulo Knauss de. **O Rio de Janeiro da Pacificação.** Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.
- MINTZ, Sidney W. *Cultura: uma visão antropológica.* Tradução: James Emanuel de Albuquerque. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 223-237, 2010.
- MONTEIRO, John. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes Origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Tupis, Tapuias e Historiadores.** Estudos de História Indígena e do Indigenismo. 2001. Tese (Livro Docência) – Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)* In: CUNHA, M. Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.115-132.
- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos.** Engenheiros e Escravos na Sociedade Colonial. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERRÃO, Joaquim V. **O Rio de Janeiro no Século XVI.** Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Memória Histórica e Documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro.* **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 62, n. 14, Rio de Janeiro, p.110-300, 1854.
- VARNHAGEN, A. de. **História Geral do Brasil Antes da sua Separação e Independência de Portugal.** [1854]. 3ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d].
- VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da Companhia de Jesus.** [1663]. Petrópolis: Vozes, 1977.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem.* **Revista de Antropologia**, v. 35, p. 21-74, 1992.
- WEBER, Max. *Relações Comunitárias Étnicas.* In: **Economia e Sociedade.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, p.267-277.
- WHITEHEAD, Neil. *Ethnic Tranformation and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guayana, 1500-1900.* **L'Homme**, n.126-128, p. 285-305, 1993.

Recebido em: 07/05/2019

Aprovado em: 13/06/2019